

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 917.618 RIO DE JANEIRO**

**RELATOR** : MIN. EDSON FACHIN  
**RECTE.(S)** : SERGIO MURILO BORGES DELGADO JUNIOR  
**RECTE.(S)** : SIMONE LACERDA LEITE BORGES DELGADO  
**ADV.(A/S)** : HILTON MIRANDA JUNIOR  
**RECDO.(A/S)** : BEATRIZ CONSUELO CUNHA DE ALMEIDA RAMOS  
**ADV.(A/S)** : ANTONIO MARCOS MARTINS PANGAIO E OUTRO(A/S)

**DECISÃO:** Trata-se de recurso extraordinário com agravo interposto em face de decisão monocrática do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que deu parcial provimento à apelação, apenas para descontar da condenação a importância recebida pela autora em virtude de acordo (eDOC 4, pp. 252-256).

Os embargos de declaração foram rejeitados por decisão do relator (eDOC 4, pp. 293-295).

No recurso extraordinário, com fundamento no art. 102, III, “a”, da Constituição Federal, aponta-se ofensa ao art. 5º, LV, do Texto Constitucional.

A 3ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro inadmitiu o recurso (i) por ausência de indicação precisa do dispositivo violado e (ii) por falta de prequestionamento.

É o relatório. Decido.

De plano, verifico que é inadmissível o recurso extraordinário quando não esgotada as instâncias ordinárias, tendo em vista a vedação contida na Súmula 281 do STF.

No caso concreto, não foi interposto o recurso adequado contra a decisão monocrática proferida em apelação para o órgão colegiado do Tribunal *a quo*.

A esse respeito, confira-se o seguinte precedente:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO  
EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. EXAURIMENTO DE  
INSTÂNCIA. SÚMULA 281 DO STF. AGRAVO A QUE NEGA

**ARE 917618 / RJ**

PROVIMENTO. I – A competência do Supremo Tribunal Federal (art. 102, III, da CF/88) restringe-se às causas decididas em única ou última instância. II – A parte recorrente não esgotou as vias recursais ordinárias cabíveis, incidindo no óbice da Súmula 281 deste Tribunal. III – Agravo regimental a que se nega provimento.” (ARE-AgR 750.003, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, DJe 28.11.2014)

Ante o exposto, conheço do agravo para negar seguimento ao recurso extraordinário, nos termos dos arts. 544, § 4º, II, “b”, CPC, e 21, §1º, RISTF.

Publique-se.

Brasília, 15 de outubro de 2015.

Ministro **EDSON FACHIN**

Relator

*Documento assinado digitalmente*